

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ/PA

GISLEIDE ALVES DE SOUSA

ANÁLISE À LEI DE EXECUÇÕES PENAIS E O SISTEMA PROGRESSIVO DE REGIME

MARABÁ
2011

GISLEIDE ALVES DE SOUSA

ANÁLISE À LEI DE EXECUÇÕES PENAIS E O SISTEMA PROGRESSIVO DE REGIME

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Direito, do campus de Marabá, da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito final à obtenção do Título de Bacharela em Direito.

Data da defesa: 01.12.2011

Conceito: Excelente

Banca Examinadora:

Prof. Orientador Marco Alexandre da Costa Rosário

Prof.: Poliana Rocha Portela

MARABÁ
2011

Dedico inicialmente ao meu Deus, por seu amor incondicional, aos meus pais, Clorisvaldo Gomes de Sousa e Maria Antonia Alves de Sousa, irmãos, Gislane Alves de Sousa, Deivide Alves de Sousa e Johnantan Alves de Sousa, pelo amor e apoio irrestrito. A amiga Edna Machado, pelo carinho e compreensão, a Dra. Alexsandra Mardegan, pelos ensinamentos, e ao meu amado Diogo Margonar Santos da Silva, que sem reservas ajudou-me no desempenho deste trabalho.

RESUMO

As normas são impostas as pessoas com intuito de controlar ou ditar a maneira como devem se comportar e respeitar as leis e demais instrumentos reguladores do sistema social, moral e jurisdicional. Sendo que estas normas também são reguladas por princípios que norteiam as atitudes em sociedade. A partir dessa visão podemos definir teoricamente que a Lei de Execuções penais, é uma norma reguladora de comportamentos, buscando depositar no indivíduo criminoso a idéia de que ele é um ser que pode e merece ser reinserido na sociedade como homem ou mulher de bem. Partindo dessa premissa, adotou o sistema progressivo de regime, que para muitos é considerado apenas como meio de desafogar os estabelecimentos penais superlotados, no entanto, tem como finalidade inicial demonstrar ao preso que ele merece a confiança do Estado, podendo receber regalias, caso satisfaça as exigências da Lei. E mesmo que a falência do sistema seja notável, a Lei na teoria respeita os direitos humanos e defende o princípio da dignidade da pessoa humana.

Palavras-Chave:

Lei de Execuções Penais, Sistema Progressivo de Regime, Direitos Humanos, Dignidade da Pessoa Humana

ABSTRACT

The norms are imposed the people with intention of to control or to dictate the way as they owe if holds and to respect the laws and too much instruments regulators of the system social, moral and judicial. And these norms are also regulated by beginnings that orientate the attitudes in society. I broke her/it of that vision can define that theoretically the Law of penal Executions, is a norm regulation of behaviors, looking for to deposit in the criminal individual the idea that he is a being that can and it deserves to be reinserted in the society as man or woman of well. Leaving of that premise, it adopted the progressive system of regime, that is just considered as middle of relieving the overcrowded penal establishments for many, however, he/she has as initial purpose to demonstrate the prisoner that he deserves the trust of the State, could receive privileges, in case it satisfies the demands of the Law. And even if the bankruptcy of the system is notable, the Law in the theory respects the human rights and it defends the beginning of the human person's dignity.

Word-Key :

Law of Penal Executions, Progressive System of Regime, Human Rights, Dignity of the Human Person

SUMÁRIO

1. Considerações Iniciais	06
2. Fundamentos Históricos	
2.1 Origem das prisões.....	08
2.1.1 Antiguidade	08
2.1.2 Idade Média.....	08
2.1.3 Idade Moderna.....	09
2.2 Evolução do direito de Punir	12
2.3 Finalidade das Penas.....	14
2.4 A evolução das prisões brasileiras	16
3 Análise à Lei de Execuções Penais	
3.1 Reflexões históricas.....	21
3.2 Conceito e finalidade.....	22
3.3 Natureza Jurídica.....	23
3.4 Princípios da Lei de Execuções Penais.....	24
3.5 Comentários a Lei de Execuções Penais.....	25
3.5.1 Do objeto e da aplicação da Lei de Execução Penal	25
3.5.2 Do condenado e do internado.....	25
3.5.2.1 Da assistência.....	25
3.5.2.2 Do trabalho.....	26
3.5.2.3 Dos Deveres, Dos Direitos e da Disciplina.....	27
3.5.3 Dos órgãos da Execução Penal.....	28
3.5.4 Dos estabelecimentos penais.....	29
3.5.5 Da execução das Penas em Espécie.....	30
3.5.5.1 Dos Regimes	30
3.5.5.2 Da regressão.....	31
3.5.5.3 Das autorizações de saída.....	32
3.5.5.4 Da Remição.....	32

3.5.5.5 Do livramento condicional	34
3.5.5.6 Da Monitoração eletrônica.....	35
3.5.5.7 Da suspensão Condicional.....	35
3.5.5.8 Da Pena de Multa.....	35
3.5.6 Dos incidentes da Execução: excesso ou desvio, anistia e indulto	36
4 A Evolução dos sistemas penitenciários	
4.1 O sistema progressivo de regime	
4.1.1 Conceito.....	40
4.1.2 Finalidade.....	40
4.1.3 O sistema progressivo de regime na Lei de Execuções Penais...	41
4.2 A Falência do Sistema Penitenciário brasileiro.....	45
5 Considerações Finais.....	48
Referências bibliográficas.....	50